

# Governo prevê déficit em queda com crescimento de exportações

*Desvalorização gradual continuará e a banda cambial será ampliada, segundo o memorando*

**ROLF KUNTZ**

O governo apostava em substancial melhora da exportação brasileira, segundo indica o memorando enviado ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O déficit em conta corrente deverá situar-se, em 1999 "e nos anos seguintes", em torno de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o documento. Nos 12 meses terminados em setembro, o buraco foi de US\$ 34,48 bilhões e correspondeu a 4,37% do PIB. A estimativa apontada para este ano é de 4,2%, cerca de US\$ 33,1 bilhões.

No primeiro ano do ajuste, a importação deverá cair, por causa da redução da demanda interna, explicam os autores do memorando. O crescimento da exportação deverá ser "moderadamente forte". Com o aperto fiscal e os juros altos, a economia deverá encolher no primeiro ano do ajuste. Na média, a produção interna será menor que a de 1998. O trimestre final de 1999, porém, deverá ser melhor que o deste ano. Esse crescimento deverá acelerar-se, chegando a 3% no ano 2000, e a 4%, em 2001.

Apesar da maior atividade, e do provável aumento da importação, o saldo em conta corrente deverá manter-se nos 3,5% do PIB, aproximadamente. A conta corrente do balanço de pagamen-

tos é formada por três componentes: balança comercial (exportação e importação de mercadorias), balança de serviços (juros, fretes, seguros, viagens internacionais, lucros, royalties e assistência técnica) e transferências unilaterais (formadas em grande parte pelas remessas de trabalhadores no exterior). A melhora desse conjunto dependerá, principalmente, da conta de comércio, caso nenhuma restrição seja imposta ao turismo e à remessa de capitais. Em princípio, o acordo com o FMI exclui limitações como essas.

O resultado deverá ser obtido, principalmente, com aumento de exportações. Possivelmente haverá, também, alguma substituição de produtos importados, em consequência de investimentos realizados nos últimos anos.

"A atual política de gradual desvalorização do real, em conjunto com as mudanças estruturais em curso e os significativos ganhos de produtividade da economia brasileira", está escrito no memorando, "contribuirão para fortalecer o desempenho da exportação e para um processo eficiente de substituição de importações, melhorando, com o tempo, as contas do setor externo." O governo renova, no documento, o compromisso com a política de câmbio, nos termos anunciados há meses pelo Banco

Central. A banda cambial – espaço destinado à oscilação da taxa – será ampliada gradualmente. Dentro dessa banda, o câmbio será administrado com os objetivos de "recompor as reservas e aumentar a competitividade da economia". O governo também compromete-se a promover a competitividade, facilitando o acesso a financiamentos e ao seguro de crédito, "em linha com os regulamentos da OMC (Organização Mundial do Comércio)". O sentido dessa política, segundo o memorando, é "nivellar o campo para os exportadores brasileiros". Implicitamente, o governo reafirma a legitimidade da política de equalização de juros, contestada pelos canadenses num processo em curso na OMC.

**DOCUMENTO  
REAFIRMA A  
POLÍTICA DE APOIO  
AO EXPORTADOR**

Pelo acordo, o governo renuncia, "no contexto do programa com o Fundo, restrições comerciais baseadas em razões de balanço de pagamentos". Também reafirma recentes medidas defensivas, como a adoção de padrões de qualidade, exigência de licenciamento para importações selecionadas e mudanças tarifárias. Essas medidas, segundo o documento, devem ter impacto pouco relevante no volume de importações. De resto, as autoridades manifestam o propósito de continuar a liberalização comercial e a integração com os parceiros do Mercosul e outras regiões.